



## Índice

- 01 Índios são mestres no cultivo de dezenas de variedades de pimenta
- 02 Enquanto Governo não define aquisição de fazendas, índios da Reserva Buriti plantam nas propriedades retomadas
- 03 Terra de conflitos: como anda perigoso ter cara de índio
- 04 Em Frankfurt, escritor indígena diz que governo Dilma é retrocesso
- 05 Manifesto pela construção da TO-500 é assinado e conta com apoio de comunidades indígenas da Ilha do Bananal
- 06 Sustentabilidade é incentivada em aldeia indígena
- 07 Etapa Distrital da Conferência Nacional de Saúde Indígena é realizada em Salvador
- 08 Uma em cada quatro línguas indígenas do Brasil corre o risco de desaparecer
- 09 Governos e indígenas discutem criação de instância para povos originários no Mercosul
- 10 Cardoso discute demarcação de terras indígenas com Henrique Alves e lideranças da Câmara
- 11 Academia dos Saberes Indígenas promove resgates culturais
- 12 CUIA debate imagem do indígena
- 13 Ministra recebe lideranças indígenas em Brasília



**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

---

**14**    [Leitão trata sobre questões indígenas com presidente da Funai](#)



## **Índios são mestres no cultivo de dezenas de variedades de pimenta**

SÍTIO G1, 13.10.2013

*No norte da Amazônia, índios baniwa mantêm rituais para cultivar pimenta. Sistema agrícola se tornou patrimônio cultural do Brasil*

No norte da Amazônia, uma tribo de índios domina uma riqueza genética. São os baniwas, mestres na domesticação e no cultivo de dezenas de variedades de pimenta, a maioria nativa.

O som da flauta baniwa é um presente que Mário ganhou do pai, que aprendeu com o avô, que, por sua vez, recebeu dos ancestrais dele. Agora, com o amigo, Luiz tenta manter viva essa música, junto com os utensílios tradicionais e a maloca que ele construiu com as próprias mãos. Na língua baniwa, ele explica que preservar uma música é um passo para preservar uma cultura inteira. O povo dele sempre fez isso.

A equipe de reportagem viajou até a Cabeça do Cachorro, região no extremo norte do Amazonas, para entender como os hábitos dos indígenas ajudaram a preservar uma joia da culinária brasileira: a pimenta. A primeira parada foi em São Gabriel da Cachoeira, uma bela cidade de 38 mil habitantes às margens do rio Negro. Exceto pelo avião, o transporte pelos rios é a única forma de chegar e sair do local.

Depois de um dia de preparação, que terminou com um pôr do sol espetacular, a equipe do Globo Rural partiu cedo, rumo mais para o norte, em um potente barco do Exército a caminho do rio Içana, um afluente do rio Negro, perto das fronteiras com a Colômbia e a Venezuela.

O destino foi o Tunuí Cachoeira, que fica no rio Içana, terra do povo baniwa. A viagem até lá tem a duração de seis horas. O Exército Brasileiro mantém no trecho os pelotões de fronteira, para proteger a Amazônia. Na região, quase todos os soldados são indígenas que nasceram nas comunidades, que podem ser avistadas nas margens, ao longo da viagem. Eles conhecem muito bem o labirinto de rios no meio da selva.

Tunuí Cachoeira é uma aldeia com pouco mais de 300 pessoas. A entrada da comunidade fica em um remanso muito bonito que as crianças aproveitam para brincar e espantar o calor. Os pequenos e os jovens passam o dia na escola, do campo de futebol. Os adultos têm muito trabalho na roça.

Em Caatinga da Amazônia apenas algumas pimentas são retiradas de cada pé. Elas são cuidadosamente colocadas em um envelope feito de folhas de ambaúma. "Então, ela protege as pimentas. Para não pegar umidade, ela está preservada e pode durar três, quatro dias", conta o índio baniwa Ronaldo da Silva Apolinário.

Cada espécie é um orgulho para a dona da roça. A índia apresenta o nome das pimentas, "ati  
CONT.



itaperri" e "zacuite". "Elas têm sabores diferentes e cheiro diferente", explica Apolinário. No espaço, a maioria das espécies é nativa, mas também tem pimentas trazidas de outras regiões.

Andar em uma clareira, com a moradora Vera Lúcia, é como fazer uma viagem no tempo. O povo baniwa habita a região há, pelo menos três mil anos. É o que existe de registro arqueológico. Talvez exista antes disso. E, como a pimenta é o principal dos ingredientes, é provável que, desde essa época, eles tenham domesticado as várias espécies de pimenta que podem ser encontradas ali.

A mitologia baniwa conta que no início, havia apenas seres primordiais, que ainda não eram gente nem bicho nem planta. Até que um dia, um grupo descobriu a fonte do poder sobre as outras espécies. "Antigamente, existia uma grande árvore que, em baniwa, é chamada 'cari catadapa'. E que, nesta árvore, existia diversos tipos de fruta, uma delas é a pimenta. Então existiam seres chamados 'wacawene' em baniwa. Dentre eles, existia um ser primordial também, que é chamado "inhapculiqueu", que é um dos principais conquistadores de todos os bens da cultura baniwa. Ele usou a pimenta como um instrumento de proteção do próprio corpo e pra cozinhar também os alimentos", conta o índio baniwa Juvêncio Cardoso.

Nos rituais de passagem para a idade adulta, os jovens aprendem que a pimenta é bactericida, ajuda a evitar a contaminação de alimentos consumidos frescos. Na representação, um pássaro é alimentado com peixe e morre. Mas, depois de acrescentar a pimenta, o grupo pode comer com segurança. Da planta mitológica aos dias de hoje, a pimenta manteve a importância e aumentou a presença nas aldeias. Essa é a constatação de uma pesquisa do Programa Jovem Cientista da Amazônia, mantido pela ONG ISA (Instituto Sócio Ambiental). "A gente pesquisou só na bacia do Içana, de Nazaré até Tucumã, e a gente achou 57 variedades", conta a professora baniwa Silvia Garcia da Silva.

Pelas regras dos baniwas, a mulher não pode se casar com um homem da mesma comunidade. Essa medida evita problemas de união entre parentes e ajuda a ter acesso a recursos de outras regiões, como a pimenta, além de facilitar a circulação das sementes e a preservação de espécies. "As mulheres, à medida que se casam, elas se mudam para outra comunidade, para a comunidade do marido, levando sementes, manivas, que é o patrimônio. É com isso que elas podem começar e fundar uma nova família", explica o ecólogo do Instituto Sócio Ambiental (ISA) Adelson Lopes da Silva.

Em toda a Amazônia já foram catalogadas mais de 150 tipos de pimenta. e, como elas são plantadas juntas, os cruzamentos dão origem a novas variedades. "Existem várias espécies novas, vamos dizer assim, que os baniwa não conseguem dar o nome, porque os pássaros consomem muito a pimenta. Então, eles comem, levam para outro canto e vão plantando junto com as pessoas", diz o índio André Baniwa.

Algumas aldeias têm até encantadoras de pimentas. É sempre uma anciã que herdou os segredos de ancestrais e passou por muitos rituais de preparação ao longo da vida. Ábomi, que significa "avó", em baniwa, canta para fazer as pimentas brilharem. Ela conta que tem 75 anos ou mais, não sabe exatamente a idade, mas, apesar disso, ela não parece ter todos esses anos

CONT.



no rosto. Além disso, tem uma boa saúde. A explicação que ela tem para isso é porque ela vive dentro do jardim de pimenta que cultivou.

Os baniwa querem temperar o resto do país. Construíram, no canto da aldeia, a "aattipana dzoroo". Esse nome tem que ser explicado: "aatti" é "pimenta" e "pana" quer dizer "casa". E "dzoroo" é um besouro da região que constrói uma casinha feia por fora, mas muito lisa por dentro. A casa de pimenta baniwa é simples e pequena, mas o trabalho feito ali segue padrões de qualidade e limpeza definidos pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

A "aattipana dzoroo" tem dezenas de espécies de pimenta conservadas in natura e secas. É um local de estudo e de produção.

Ronaldo e Osinete fabricam na casa de pimenta baniwa a "jiquitaia", que significa "pimenta com sal". O processo é artesanal: as pimentas, de todos os tipos, são trazidas pelas mulheres da aldeia, que recebem pelo que vendem. Elas são selecionadas, muito bem lavadas e colocadas em um forno para secar. Ronaldo é o responsável por transformá-las em pó. Ele fica horas assim e nem pode se sentar. "Se você sentar, o nariz vai ficar perto da boca do pilão e inspirar o pó direito. Aí, não aguenta muito tempo", ele conta.

Do pilão para a peneira, a pimenta precisa ficar bem fina e homogênea. Depois, com ajuda de uma balança, é feita uma mistura: exatos 90% de pimenta para 10% de sal. A produção é pequena e o objetivo é mantê-la assim, para não mudar a rotina da aldeia. Por isso, a pimenta jiquitaia é uma iguaria difícil de ser encontrada. Ela é vendida apenas em algumas casas de São Paulo, por exemplo.

Em 2010, o sistema agrícola dos baniwas e de outros povos indígenas da região do rio Negro passou a ser considerado patrimônio cultural do Brasil.



**Enquanto Governo não define aquisição de fazendas, índios da Reserva Buriti plantam nas propriedades retomadas**  
SÍTIO REGIÃO NEWS, 13.10.2013

*A confiança tanta que porteira de entrada da Fazenda São Sebastião foi pendurada uma placa da FUNAI indicando trata-se de terra indígena.*



Enquanto Governo não define aquisição de fazendas, índios da Reserva Buriti plantam nas propriedades retomadas

Indiferentes às indefinições sobre o formato de jurídico que o Governo Federal encontrará para legalizar a aquisição das 31 propriedades que serão transformadas em terra indígena, os terena da Reserva Buriti estão nas fazendas trabalhando nas suas lavouras de subsistência, depois de construíram casas cobertas de folha da palmeira buriti, antecipando da transição de cenário do que era uma fazenda para se tornar uma aldeia. As famílias delimitaram seus territórios dentro das propriedades e quem não esteve na linha de frente da ocupação ficará excluído quando os 15 mil hectares forem reconhecidos oficialmente como parte da Reserva Indígena Buriti. A confiança é tanta

que na porteira de entrada da Fazenda São Sebastião, uma das propriedades, já foi pendurada uma placa da FUNAI indicando tratar-se de terra indígena.

Na Fazenda Buriti, de 303 hectares, palco no dia 30 de maio do conflito entre índios e policiais federais durante o processo de reintegração de posse, quando morreu o terena Oziel Gabriel, o clima é de tranquilidade. Perto dos escombros que restaram da sede da fazenda que foi destruída pelos índios revoltados com a morte de Oziel, duas famílias dividem uma casa de palha e outras quatro famílias deixam suas aldeia e ficam durante o dia na fazenda para ajudar no plantio. O objetivo da comunidade é cultivar uma lavoura de 10 hectares e então levar mais famílias para se fixar de vez na propriedade.

O cacique Carlinhos Bernardes, líder da aldeia Recanto, comunidade indígena que ocupa parte da área da fazenda Buriti, conta o clima é confiança de que processo de demarcação da Terra Indígena Buriti está próximo de um desfecho favorável. "Creio que essa terra é nossa e vai ficar para nós. Vamos esperar a terra trabalhando. Plantamos milho, abóbora, abacaxi, banana e melancia", explica. Bernardes assegura que o clima na região é de tranquilidade e que desde maio, "a confusão parou".

CONT.

Bernardes diz que a aldeia Recanto está super-povoada e que falta espaço para todas as famílias se acomodarem e produzirem. Ele explica que as crianças, além de estudar, também ajudam os pais no cultivo da terra. "O dia a dia está feliz para nós. Tudo tranquilo. Estamos trabalhando, plantando e ajudando nossas famílias. Daqui nós sobrevivemos e cuidamos de nossos filhos".

O terena Daniel Jorge Campos, 66 anos, acredita na demarcação da Terra Indígena Buriti e espera que as condições das aldeias na região melhorem após o fim do processo. "Se vai ficar para nós [as fazendas]? Tenho esperança que sim, que essas terras fiquem pra gente plantar, criar gado. Tem muito vizinho aqui que não tem mais onde colocar os animais nas aldeias", diz Campos, que cria carneiros.

Ele afirma que a demora no processo de demarcação das terras desgasta a comunidade e agrava por problemas nas condições de vida nas aldeias. "Queremos que a aldeia melhore porque estamos cansados de esperar. Tenho certeza de que vai melhorar", conta o idoso, que continua morando na aldeia.



## Compra

Técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) fazem vistorias nas fazendas da região da Terra Buriti desde o dia 25 de setembro. Na quinta-feira (10), três técnicos de uma das equipes de trabalho voltaram à fazenda São Sebastião da Serra. O objetivo dos trabalhos é avaliar o valor das benfeitorias das fazendas, um dos critérios necessários para calcular o valor de cada propriedade.

Em seguida, os valores serão apresentados para o Governo Federal, que se propôs a comprar as áreas dos produtores e entregá-las aos indígenas. Chegou a ser cogitado usar os Títulos da Dívida Agrária (TDA) para conseguir a verba necessária para pagamento dessas terras, mas ainda não há decisão sobre isso.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

O levantamento das benfeitorias é uma das etapas para calcular o valor de cada propriedade. A primeira fase do levantamento é feita por técnicos da Agência Estadual de Desenvolvimento Agrário (Agraer), que avaliam a topografia das fazendas e elaboram um mapa da propriedade com os marcos territoriais.

A segunda etapa é feita pelas equipes técnicas da Funai que avaliam as benfeitorias. Na última fase, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) calcula o valor da terra nua. Flavio Paes com informações do G-1 MS.



## **Terra de conflitos: como anda perigoso ter cara de índio**

SÍTIO DESACATO, 13.10.2013



Os últimos meses têm sido de acirramento das tensões movidas a interesses que rondam a (falta de) demarcação de terras indígenas. Parlamentares da bancada ruralista apresentam projetos que, segundo antropólogos e lideranças indígenas, dificultariam ou inviabilizariam processos de demarcação que vêm sendo protelados há décadas. Um desses projetos é uma Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 215.

Apresentada em 2000 pelo deputado Almir Sá

(então PPB-RR), transfere para o Legislativo a competência para demarcar territórios de ocupação tradicional no Brasil, indígenas ou quilombolas. Desde a Constituição, essa prerrogativa cabe ao governo federal, em basicamente três fases. A Fundação Nacional do Índio (Funai) realiza estudos que atestam a ancestralidade do território. O Ministério da Justiça assina um documento chamado Portaria Declaratória. E, por último, cabe a homologação da terra pela Presidência.

“Se não tem PEC, dialogamos com o governo. Com a ameaça da PEC, temos de lutar”, afirma Marcos Tupã, 42 anos, coordenador-geral da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), que congrega povos Guarani Mbya e Guarani Nhandeva das regiões Sul e Sudeste. Tupã resume a razão que levou os Guarani a deixar de lado sua vocação negociadora e ir às ruas. “A PEC acaba com qualquer garantia de demarcação de novas terras”, avalia, lembrando que a bancada ruralista possui grande poder de influência no Congresso.

O senador Romero Jucá (PMDB-RO) é autor de outra iniciativa – redigida com a participação da Advocacia-Geral da União. Seu projeto estabelece que áreas consideradas como Terras Indígenas (TI) poderão ser excluídas dessa classificação se seus títulos de ocupação não forem “considerados válidos”. Essa manobra legislativa significaria revogar o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição – que assegura a demarcação da terra à comunidade tradicional – a pretexto de “regulamentá-lo”.

Mas os projetos em andamento não são o único motivo a provocar ações como a dos Guarani, que no último 25 de setembro fecharam a Rodovia dos Bandeirantes, na região metropolitana de São Paulo. A CGY exige que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, autorize a publicação das portarias declaratórias de duas terras indígenas da capital paulista: a Tenondé Porã, na zona sul; e a do Jaraguá, zona noroeste. Ambos os territórios já foram aprovados pela Funai. “Falta apenas a assinatura do ministro”, reivindica Marcos Tupã.

CONT.



O líder guarani conta que as duas terras abrigam quatro aldeias: duas em cada território. A do Jaraguá é formada pelas aldeias Pyau e Ytu, onde residem cerca de 600 guaranis. Reconhecida na década de 1980, a reserva possui área de apenas 1,7 hectare, o que faz dela a menor TI do país. A de Tenondé Porã, às margens da Represa Billings, também foi reconhecida nos anos 1980.

Os indígenas que fecharam a rodovia querem ainda o fim dos processos judiciais movidos pelo governo do estado de São Paulo contra povos Guarani cujos territórios se sobrepõem aos limites de parques estaduais. É o caso da Terra Indígena Peguaty, no município de Sete Barras, região do Vale do Ribeira, e da Terra Indígena Paranapuã, em São Vicente, litoral sul. "Temos uma forma de viver tradicionalmente, junto à natureza", garante Marcos Tupã. "Queremos que o governo retire essas ações judiciais e que possa haver uma gestão compartilhada entre governo do estado, povos indígenas e Funai."

#### Tempos de emboscadas

Onde faltam consolidação fundiária e respostas rápidas do poder público, sobram conflitos, em geral produzidos por poderes paralelos que agem à margem da lei. Uma emboscada na calada da noite mudou a rotina dos estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro, em Buerarema, sul da Bahia, a 450 quilômetros de Salvador. Em 14 de agosto, uma quarta-feira, o ataque pegou de surpresa alunos que retornavam da aula num caminhão. Dois jovens não indígenas foram feridos. Mas, segundo índios, era o início de uma nova série de investidas contra os tupinambás, que aguardam há nove anos a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Dois dias depois, moradores atearam fogo em veículos de órgãos públicos e em um ônibus escolar.

A Força de Segurança Nacional está no município para conter a crise. A violência e a tensão na região crescem. No mesmo fim de semana, casas de indígenas na área urbana foram incendiadas por moradores, em apoio aos fazendeiros. "O agronegócio está articulando essas ações criminosas, e vidas correm perigo", denuncia a líder indígena Yakyuy Tupinambá. Ela afirma ainda estar sob ameaça de morte por parte de fazendeiros, pequenos agricultores e posseiros, supostos proprietários dos territórios em litígio. Os ataques, segundo os índios, estariam se agravando motivados pela decisão da Justiça Federal de Ilhéus de suspender liminares de ações de reintegração de posse em favor de fazendeiros. Com isso, cerca de 500 indígenas ficam autorizados a permanecer nas fazendas ocupadas.

A lentidão dos órgãos públicos desenha o cenário de conflitos. O Ministério da Justiça ainda não assinou a portaria declaratória para que seja concluída a demarcação. O processo teve início em 2004 e o relatório foi aprovado pela Funai em 2009. O documento delimita área de cerca de 47 mil hectares, incluindo terras nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una. Cerca 4.700 tupinambás vivem na região.

#### Difícil retomada

A relação pouco amistosa entre índios e fazendeiros no sul da Bahia é antiga. Começou com a invasão de não indígenas ao território tupinambá no século 19, período do estabelecimento da

CONT.



cultura do cacau e no qual a região tornou-se a principal fronteira agrícola do estado, segundo a jornalista Daniela Alarcon, mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília e autora da pesquisa "O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, Bahia".

O processo de "retomada", como é chamado pelos tupinambás, não está fácil. Os índios enfrentam violência de fazendeiros e posseiros, que contam ainda com aparato policial e apoio político em suas investidas contra as aldeias. De acordo com o relato de Daniela, os tupinambás têm sido vítimas de recorrente violência policial, em que se comprovaram a utilização de armamento letal, prisões ilegais de lideranças e tortura (com choques elétricos).

Em carta à Funai datada de 13 de fevereiro de 2008, como relata a jornalista, o cacique Babau denunciou o radialista Rivamar Mesquita, apresentador do programa Novo Amanhecer, da Rádio Jornal, e dois convidados a abordar o caso tupinambá durante aproximadamente 40 minutos, proferindo ameaças de morte e falas discriminatórias. Babau é uma importante liderança da aldeia Serra do Padeiro, onde vivem cerca de mil índios.

Ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal em dezembro de 2012 cobram da União atendimento aos índios que não estejam em áreas demarcadas e o fornecimento de medicamentos. No final de agosto, foi lançada a Campanha Tupinambá, com abaixo-assinado e carta pública que pede urgência na conclusão do processo. Na mesma ocasião, procuradores do MPF em Ilhéus estiveram com lideranças dos índios e representantes da sociedade civil para tratar das recentes manifestações anti-indígenas.

"A conclusão do processo demarcatório é essencial para a pacificação da região, pois trará segurança jurídica para ambas as partes", afirmou o procurador da República Ovídio Augusto Amoedo Machado.

Não demorou para outro incidente ocorrer. Em 5 de setembro, o professor Edson Kayapó, coordenador da Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal da Bahia (IFBA), foi agredido. Ele estava com o antropólogo João Veridiano, a professora de História Indígena Julia Rosa e um motorista. Retornavam de atividades em Olivença quando o carro da IFBA foi interceptado em São José da Vitória por capangas. "Disseram: 'Tem um índio no carro', e em seguida fomos violentamente expulsos do carro, que foi levado, incendiado e deixado no meio da BR", diz Edson Kayapó. Ele pegou táxi para Itabuna e foi novamente parado, em Buerarema, espancado e ameaçado de morte por desconhecidos.

"Ultimamente ninguém está se pintando nem usando adornos", diz a líder Yakuy Tupinambá. Segundo ela, anda perigoso ter cara de índio. Toda a rotina das aldeias da região foi afetada, prejudicando o atendimento de saúde, a ida das crianças à escola, a venda de artesanato e de produtos agrícolas. "Somos atacados com palavras racistas, estamos perdendo o direito de ir e vir." Ela reclama que blogueiros locais incitam a violência contra o povo Tupinambá.

Diante do cenário pouco animador, lideranças planejam intensificar ações e tentar audiências com a presidenta Dilma Rousseff e os ministros da Educação, Cultura, Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos. "Há muito os caciques do povo Tupinambá de Olivença tentam

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

uma audiência com a presidenta, mas ela não deu nenhuma resposta até agora”, afirma a líder.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Justiça respondeu por meio da assessoria que o ministro Cardozo tem se reunido semanalmente com representantes da Presidência e de diversos ministérios no sentido de agilizar soluções para a questão de disputas de terras, especialmente em conflitos ocorridos nos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Numa segunda tentativa de contato, informou, por e-mail, que no dia 18 de setembro uma equipe técnica do ministério esteve na Bahia para integrar grupo de discussões sobre a situação local.

“Essa é uma das diretrizes determinadas após reuniões em Brasília. O grupo formado por indígenas, agricultores e agentes da esfera pública tem o objetivo de identificar os possíveis focos de conflito na região. O Ministério da Justiça vai expedir portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena, após minuciosa análise jurídica da documentação antropológica feita pela Funai.” A nota termina detalhando que a última etapa é a homologação pela Presidência da República e que a Força Nacional de Segurança permanece no local para evitar novos focos de conflito.

A pesquisadora Daniela Alarcon observa, porém, que o processo de demarcação no Brasil, regulamentado por decreto, é claro quando estabelece prazos máximos para cada etapa. “Então tem lá: x dias para que o grupo de trabalho elabore o relatório, x dias para que a Funai faça isso, x dias para que o MJ faça aquilo. Mas a Funai, o MJ, a Presidência da República desrespeitam sistematicamente esses prazos. É gritante. O decreto fala lá em 30, 60 dias para determinadas etapas, que acabam se estendendo por anos.” O MPF propôs ação civil pública que responsabiliza o Estado por omissão e abusiva demora.

Foto: Gabriela Korossy

Fonte: Rede Brasil Atual





**Em Frankfurt, escritor indígena diz que governo Dilma é retrocesso**

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 13.10.2013

Usando cocar, que reserva só para ocasiões especiais, e vestindo uma camiseta com os dizeres "Presidenta Dilma: não ignore nossos povos indígenas. Queremos conversar", o escritor Daniel Munduruku, 42, fechou a programação brasileira na Feira de Frankfurt neste domingo (13), ao lado do também autor de livros infantis e ilustrador Fernando Vilela.

Àquela altura, no final do maior evento editorial do mundo, o auditório brasileiro já não estava cheio como permanecera desde a manhã de sábado. Mesmo assim, a presença do único autor de origem indígena da delegação nacional atraiu brasileiros e estrangeiros interessados em questões como a instalação de usinas hidrelétricas no Brasil, a situação das reservas florestais e a maneira como o autor trata da questão indígena em suas obras infanto-juvenis.

"Aprende-se nas escolas do Brasil que o indígena é um povo do passado", disse o autor. "Ser indígena não é ser perfeito, longe disso, é ser humano, com falhas e defeitos como todo ser humano. Isso obviamente tem que aparecer nos meus livros para que não se criem novos estereótipos. Mas existe uma magia da cultura indígena a partir da qual é possível criar."

Com mais de 40 livros publicados no Brasil, inclusive como parte de campanhas educacionais, e algumas obras traduzidas para o inglês, o espanhol e o coreano, Daniel Munduruku argumentou que sua obra "é toda voltada para educar a cabeça das pessoas".

Foi o que buscou fazer, também, durante a mesa. "Aqui na minha camiseta está escrito 'queremos conversar'. Não queremos atrapalhar o progresso, frear o desenvolvimento. Queremos ser ouvidos. O que acontece hoje é que se ignora a voz as populações indígenas. Queremos que o governo olhe para os nossos povos", disse o autor, que tinha a mesma frase de protesto traduzida para o alemão nas costas da camiseta.

À Folha, ao fim da mesa, disse que "o governo não tem chamado os povos indígenas para conversar" e que houve um retrocesso nesse aspecto no governo Dilma.

"Se houve muitos avanços no governo Lula, mais aberto ao diálogo, hoje retrocedemos. Nosso interesse é sobretudo em participar das decisões no que diz respeito às barragens hidrelétricas, que já estão acontecendo sem conversa", disse o escritor, doutor em educação pela USP e "um dos 30 autores indígenas no mercado editorial brasileiro", segundo conta.

Em Frankfurt, embora tenha aparecido em reportagens como o único autor de origem indígena da lista --algo que os alemães, sem conhecer a realidade brasileira, estranharam--, Munduruku não foi assediado pela imprensa.

Além da mesa deste domingo, participou de duas leituras para crianças em escolas. "Eram

CONT.



como se eles estivessem vendo um extraterrestre. Fiz toda a minha performance de pintura, o que os deixou curiosos sobre os povos indígenas e como eles vivem", contou o autor, que mora em Lorena, no interior do Estado de São Paulo.

#### AMEAÇA

A política indigenista atual do Brasil também foi tema de outro debate, na quinta-feira, no pavilhão brasileiro.

"Os direitos dos índios estão particularmente ameaçados hoje", disse uma das principais antropólogas brasileiras, Manuela Carneiro da Cunha, que debateu com a colega Lília Moritz Schwarcz.

"A bancada ruralista está propondo uma série de medidas que representa uma descaracterização completa dos direitos dos índios. É um ataque às conquistas da Constituição de 1988", complementou Carneiro da Cunha.

Schwarcz também tratou do racismo no país, tema que "sempre deu o que falar, desde os tempos de América Portuguesa".

Respondendo a uma pergunta do público, sobre o fato de Luiz Ruffato ter "falado mal do Brasil", Schwarcz disse que "o que estamos tentando não é falar mal, é falar mais".

**Manifesto pela construção da TO-500 é assinado e conta com apoio de comunidades indígenas da Ilha do Bananal**

SÍTIO O REPORTER DO ARAGUAIA, 13.10.2013



O Governador Siqueira Campos assinou na tarde de sábado o manifesto pela construção da TO-500, rodovia que interliga a BR – 242 e corta a ilha do Bananal conectando os estados do Tocantins e Mato Grosso. O documento assinado é um importante passo para a consolidação do projeto que deve encurtar distâncias para o escoamento da produção e o fortalecimento das relações comerciais entre as Unidades Federativas. Através do manifesto assinado, as comunidades indígenas Javaé e Karajá na Ilha do Bananal se manifestaram de maneira favorável pela travessia da rodovia por terras protegidas.

Ao todo, assinaram o documento o governador do Tocantins, membros do governo tocantinense, caciques das aldeias indígenas da Ilha do Bananal, além de representantes do governo e instituições representativas dos municípios do norte Araguaia, no Mato Grosso.

Para o governador Siqueira Campos, a assinatura do manifesto foi um importante passo dado para que a travessia da Ilha do Bananal se torne uma realidade. De acordo com o gestor estadual, lembrando o período em que atuou como deputado constituinte, sua meta sempre foi trabalhar pela organização de todos os espaços brasileiros.

“Nós temos que organizar as endomigrações. Não podemos continuar isolados, o Mato Grosso e o Tocantins. Aqui temos calcário, temos fosfato e muitas outras coisas para complementar a produção do Mato Grosso, assim como vocês possuem diversos produtos e serviços para complementar a nossa produção”, destacou Siqueira Campos.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

Em sua fala à frente da plateia e das autoridades, o governador frisou a importância da união de esforços para conseguir, junto ao Governo Federal, as autorizações para a elaboração e concretização do projeto TO-500. "Vamos unir o nosso poder, a nossa vontade e vamos dizer ao governo da república que esse povo não aceita o isolamento. Dessa união vai resultar uma grande e bela vitória para todos os tocantinenses, para todos os mato-grossenses, para o Brasil", completou.

### Indígenas

Uma das preocupações para a efetivação do projeto de travessia da Ilha do Bananal sempre foi o consentimento das comunidades indígenas que habitam as reservas da região. Sem a autorização das aldeias Karajá e Javaé, a construção da TO-500 seria inviabilizada. Contudo, após reuniões com as comunidades indígenas, o resultado foi a adesão dos caciques das 22 aldeias. Na ocasião, conforme o professor Daniel Coxini Karajá, a comunidade indígena quer o desenvolvimento da região. "Nós, indígenas, precisamos do desenvolvimento, do progresso, mas precisamos que o trabalho seja feito de maneira correta, consultando todas as aldeias", frisou.

O líder Karajá lembrou que existem focos de desenvolvimento humano que já estão funcionando em sua comunidade. "O que funciona em nossa comunidade é a educação. Temos escola boa, com material escolar, estrutura para os alunos", completou.

Já o líder Cleiton Javaé, destacou que não serão os indígenas o empecilho para a travessia da Ilha do Bananal. Para ele, no entanto, assim como Coxini, as demandas de todas as comunidades indígenas da região precisam ser ouvidas. "O povo Javaé quer o desenvolvimento, sim. Não seremos e nem queremos ser o empecilho para este grande projeto. O que queremos é que seja assegurado que o projeto seja levado a todas as aldeias", completou.

### Caminhonetes

Na ocasião, o Governo do Estado repassou duas caminhonetes, no valor de R\$ 70 mil para associações de aldeias Javaé e Karajá. Para o presidente da Associação da Aldeia Santa Isabel, Robson Javaé, o veículo será muito útil para questões de saúde e educação, além de garantir o deslocamento entre aldeias para reuniões. "A caminhonete será muito boa. Nós poderemos transportar as pessoas da aldeia, para questões de saúde, para a educação e para as reuniões em outras aldeias. Vai agilizar o transporte", completou.

### Presenças

Na ocasião, uma grande mesa de honra foi montada para receber os líderes políticos do Tocantins e do Mato Grosso, além dos caciques que assinaram o manifesto que será entregue à presidente Dilma Rousseff. Do lado tocantinense estiveram o Governador Siqueira Campos, os deputados Osires Damaso e José Geraldo, secretariado estadual e prefeitos da região da Ilha

CONT.





**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

do Bananal. Já da parte mato-grossense, foram o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Riva, Prefeito de São Félix do Araguaia José Antonio de Almeida (Baú), o presidente da Associação dos Municípios do Norte Araguaia (AMNA), prefeito de Confresa, Gaspar Domingos Lazari, além de deputados representantes de municípios.

por Philipe Bastos / ATN

## **Sustentabilidade é incentivada em aldeia indígena**

SÍTIO O PARANÁ, 13.10.2013

*Encontro serviu para discutir demandas para desenvolver um novo plano de trabalho*



Uma reunião com representantes da aldeia Tekohá Ocoy, Itaipu Binacional e Prefeitura de São Miguel do Iguaçu tratou dos objetivos e metas do projeto Sustentabilidade Indígena para os anos de 2014 e 2015. Na ocasião, foram discutidas as demandas da comunidade para desenvolver um novo plano de trabalho dentro dos principais eixos: agricultura, pesca e cultura.

Por meio de convênio entre prefeitura e Itaipu, a aldeia recebe assistência técnica que contempla preparo de solo, aquisição de sementes de milho, feijão, melancia, melão e hortaliças, apoio a horta da escola, transporte de rama de mandioca, aquisição de animais de tração e equipamentos tipo aradinho e charrete, para auxiliar no trabalho dos indígenas.

De acordo com o técnico de Meio Ambiente da prefeitura, Edson Bortoluzzi, que presta assistência técnica na aldeia, os indígenas também criam peixes em tanques-rede, com uma produção média anual de oito toneladas, com a parceria da Itaipu. A meta para o próximo ano é produzir entre oito e 12 toneladas de peixes.

No ano que vem também devem ser feitas melhorias na parte de infraestrutura, com a previsão de construção de um barracão para o depósito de ração, ampliação e construção de mais uma Casa de Reza, cascalhamento e melhorias de estradas, entre outras.

CONT.

Outro trabalho desenvolvido na aldeia Tekoha Ocoy é a manutenção da área de reflorestamento. Para este ano, segundo o técnico da prefeitura, ainda está previsto o reflorestamento de uma área aproximada de cinco hectares. "Priorizamos a faixa mais próxima do lago de Itaipu e a diversificação de 10% a 15% das mudas de espécies que possam ser utilizadas para a produção de artesanato", informa Bortoluzzi.

Na área da cultura, a aldeia realiza anualmente a Semana Cultural Indígena promovida pelo Colégio Estadual Teko Nemoingo com o apoio da Itaipu e da prefeitura. O evento tradicional atrai centenas de visitantes da região e até do exterior, que tem a oportunidade de conhecer a cultura e os costumes indígenas, fortemente marcados pelo artesanato e religião. A programação do próximo ano já começou a ser discutida.



#### Artesanato já gerou R\$ 32 mil em vendas

Cerca de 50 pessoas da aldeia trabalham diretamente com o artesanato, que de janeiro até o mês de setembro deste ano, gerou renda de R\$ 32 mil com a venda dos produtos. A prefeitura mantém uma professora de artesanato que atualmente coordena o Núcleo Artístico Cultural Indígena.

No eixo de segurança alimentar são cedidos mensalmente 120 kits alimentares às famílias que têm mais necessidade. Uma vez por semana também é feito o trabalho de nutrição infantil, com o acompanhamento e pesagem das crianças, em conjunto com a enfermeira da unidade de saúde, Pastoral da Criança e Provopar. Para o cacique Daniel Lopes, esse foi um ano de bons resultados. "A cada ano estamos melhorando, por isso precisamos reavaliar as atividades. Três pontos podemos destacar: a agricultura, a pesca e a cultura. São atividades que são reconhecidas regionalmente e que são tradicionais da comunidade. Procuramos trabalhar fortemente em cima disso, com a parceria da Itaipu e da prefeitura", apontou o líder indígena.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

Ele ainda afirmou que a atual gestão municipal tem dado grande apoio à comunidade em diversas áreas. Conforme o gestor do programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas da Itaipu, João Carlos Bernardes, a aldeia possui cerca de 160 famílias - aproximadamente 700 pessoas. "A nossa principal preocupação e dos parceiros do projeto é melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, trabalhando em conjunto. A comunidade indígena precisa de um olhar a mais dos governos federal, estadual e municipal", frisou o gestor.





## **Etapla Distrital da Conferência Nacional de Saúde Indígena é realizada em Salvador** SÍTIO GOVERNO DA BAHIA, 13.10.2013



Com a meta de definir as propostas e eleger os delegados que irão representar a Bahia na Conferência Nacional de Saúde Indígena, no próximo mês, na capital federal, começou na manhã deste domingo (13), em Salvador, a etapa distrital do evento. O secretário da Saúde do Estado (Sesab), Jorge Solla participou do início dos trabalhos e proferiu a palestra "Sistema Único de Saúde (SUS) com Interface ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena".

Entre as informações repassadas por Solla, constam as 40 unidades básicas de saúde, que já começaram a ser construídas para contemplar, prioritariamente, a população indígena baiana. "Estas unidades devem atender mais de 100 comunidades indígenas distribuídas em 17 municípios. Já iniciamos as obras destas unidades em Euclides da Cunha e Ibotirama", afirmou o secretário. Quando concluídas, as unidades de saúde atenderão uma população estimada em 26 mil indígenas. "A nossa recomendação e empenho é para que todas as comunidades indígenas contem com um profissional médico".

Durante o evento, o secretário Jorge Solla entrou em contato com o ministro da Saúde Alexandre Padilha e falou da necessidade de médicos em comunidades indígenas da Bahia. "Pedi ao ministro que, parte dos médicos que vierem para nosso estado pelo Programa Mais Médicos, seja destinada para atender aos nossos indígenas".

De acordo com o titular da Sesab, houve uma sinalização positiva por parte do ministro Alexandre Padilha. "Ele disse que vai atender este pleito e que basta apenas o Distrito Sanitário Especial Indígena na Bahia (DSEI-BA) encaminhar, amanhã (14), um ofício ao Ministério para formalizar o pedido". A notícia agradou as lideranças indígenas presentes na etapa distrital da conferência.

Outra informação que foi bem recebida pelos participantes foi o início das atividades do Ondantomóvel. "Uma carreta com 10 gabinetes odontológicos começou a percorrer o estado para realizar os mais variados tipos de procedimentos e melhorar a saúde bucal dos nossos índios". Neste momento, o Ondantomóvel está atendendo a região de Cocos, onde permanece até o próximo dia 17.

Após a palestra, Jorge Solla respondeu a questionamentos feitos por lideranças indígenas. Na oportunidade, o presidente do Conselho Distrital Indígena, Reginaldo Tuxá elogiou a atuação do governo estadual, por meio da Sesab.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

Já a secretária para Políticas para Mulheres da Presidência da República, Maria Rodrigues destacou a expressiva participação feminina nas etapas locais e na distrital. Ela, inclusive, defendeu a elaboração de iniciativas que contemplem, prioritariamente, as mulheres indígenas.

Aos conferencistas, o coordenador do DSEI-BA, Jerry Matalawê reiterou que a participação coletiva é fundamental. "Nossa intenção é que, juntos, possamos construir uma saúde de qualidade. Precisamos qualificar nossas ações".

A etapa distrital da conferência segue até a próxima terça-feira (15), no Hotel Fiesta, em Salvador. A Conferência Nacional de Saúde Indígena será realizada de 26 a 30 de novembro, em Brasília.

J.G. DRT-BA/4362

**Uma em cada quatro línguas indígenas do Brasil corre o risco de desaparecer**  
SÍTIO MÍDIAMS, 13.10.2013

*Unesco também classifica 97 línguas indígenas como vulneráveis e 45 em situação de extremo perigo*



O estudo aponta que a falta de uso dos idiomas é a principal ameaça para a extinção

Foto: Daniel Ramalho / Terra

Enquanto o português se expande, outros idiomas estão seriamente ameaçados de extinção no Brasil. Pelo menos um quarto das mais de 150 línguas indígenas do país corre o risco de desaparecer, segundo um estudo divulgado esse ano pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.

Outro projeto de pesquisa, o Atlas das Línguas Ameaçadas da Unesco, classifica, no Brasil, 97 línguas indígenas como vulneráveis, 17 em perigo, 19 seriamente em perigo e 45 em extremo perigo. Os kanoê são um exemplo desta última situação: são apenas três falantes e estão na terra indígena Omere, em Corumbiara/PA.

Em outros casos, como o dos xipiaia, o grupo é maior, mas somente dois idosos são fluentes na língua. O restante foi alfabetizado em português.

### Nacionalismo

Das 6.500 línguas do mundo, calcula-se que metade estará extinta no final do século. “Temos um processo positivo em curso, de crescimento de muitas línguas, como o mandarim, o português, o russo, e temos também um decréscimo de muitas línguas. A estrutura continua sendo desigual”, aponta Gilvan Muller de Oliveira, diretor-executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

“As línguas realmente minorizadas, as línguas indígenas ou de minorias de países, continuam no mesmo grau de ameaça que na estrutura anterior dos Estados-nação. Temos hoje a extinção de uma língua a cada dois meses”, completa Oliveira.

Durante o século XX, segundo o professor, prevaleceu o pensamento de que cada Estado-nação deveria ter uma só língua, mesmo que isso significasse enfiar o idioma nacional goela abaixo dos seus cidadãos. Inspirado no modelo francês, que reprimiu a pluralidade linguística em seu território, o Brasil teve muitas línguas que foram perseguidas, e não apenas as indígenas.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

“O momento mais específico dessa repressão ocorreu no Estado Novo de Getúlio Vargas, num movimento político que se chamou Processo de Nacionalização do Ensino, quando as escolas em outras línguas foram fechadas, os materiais didáticos proibidos e os professores, despedidos”.

“O Brasil reprimiu e conseguiu, com sucesso, eliminar grande parte dos falantes de alemão, italiano, japonês, árabe, russo, polonês, ucraniano. Mesmo o espanhol, que foi corrente no Rio Grande do Sul no final do século XIX e começo do século XX, foi eliminado. E agora precisamos investir de novo na diversidade linguística para catapultar o país para um novo patamar de inserção internacional”, comenta. Para ele, a dificuldades em encontrar pessoas fluentes em outras línguas prejudica, por exemplo, o programa Ciência Sem Fronteiras, do governo federal.



## Governos e indígenas discutem criação de instância para povos originários no Mercosul

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 13.10.2013

*Evento finalizado no Dia da Resistência Indígena estabeleceu agenda de trabalho em âmbito regional*



Governos e indígenas discutiram, em reuniões separadas, criação de instância para povos originários no Mercosul

Texto e fotos de Luciana Taddeo, em Opera Mundi

Comunidades indígenas e delegações governamentais dos países do Mercosul se reuniram nesta sexta-feira (11) e sábado (12/10), em Ciudad Bolívar, no estado venezuelano de Bolívar, para discutir a implementação de uma instância no bloco que trabalhe com a garantia de direitos dos povos originários. Hoje (12) também é comemorado o "Dia da Resistência Indígena", em alusão ao "Dia da Raça" – termo empregado pela ultradireita espanhola para o "Dia Nacional", também comemorado hoje.

O evento, realizado por iniciativa da Venezuela, contou com dois debates paralelos. De um lado, delegações institucionais analisaram como a instância poderia ser criada no bloco comercial. No outro, representantes indígenas dos países membros e de Estados associados discutiram demandas e diretrizes que deveriam ser incorporadas em âmbito regional.

Até então, o tema era ocasionalmente abordado como um dos tópicos de agenda em reuniões

CONT.



das altas autoridades de direitos humanos do bloco. "É uma novidade, porque o máximo que tinha sido discutido da parte indígena era a oficialização do idioma guarani. Agora queremos ir além, à consolidação de fatos concretos que possam impactar os povos originários", explicou a Opera Mundia ministra venezuelana para os Povos Indígenas, Aloha Núñez.

O grande ausente no evento foi o Paraguai, que não contou com delegações em nenhuma das instâncias. Segundo fontes da chancelaria venezuelana, no entanto, o país foi convidado para todas as atividades. Apesar da ausência de um dos países do bloco, a possível criação de um grupo de discussão permanente para a situação dos povos indígenas e a perspectiva de cooperação para a garantia dos direitos dos mesmos no âmbito do Mercosul geram expectativas.

Representantes dos governos do Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai decidiram dar início a um projeto de decisão para a criação de uma Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas. A proposta será apresentada pela presidência pro-tém-pore de Caracas na próxima reunião do Gaim (Grupo de Análise Institucional do Mercosul).

Em sua ata final, os representantes indígenas declaram que a dimensão social do bloco "deve ser uma prioridade que gere políticas públicas de caráter regional que protejam e contribuam com a preservação e enaltecimento dos usos costumes e modos de vida dos povos originários".

O grupo também se compromete a executar um plano de ação para estabelecer laços contínuos de cooperação e comunicação para a "inserção efetiva dos povos indígenas na dinâmica integracionista". Como parte da agenda a ser desenvolvida, estão a denúncia de atropelos, terrorismo de Estado e criminalização dos povos originários através de uma plataforma comunicacional, a criação de uma coordenadora dos povos indígenas do Mercosul, a criação de um espaço para intercâmbio em matéria de saúde, e de um congresso anual que será realizado em uma comunidade indígena.

Segundo Felipe Lucena, do gabinete da presidência da Funai (Fundação Nacional do Índio), a iniciativa da Venezuela proporciona o momento ideal para propor discussões como a dos povos indígenas isolados, geralmente transfronteiriços. "Este é um assunto que requer cooperação. Não adianta um país avançar e o outro fazer uma concessão de exploração de madeira, de petróleo, em um território que deveria ser demarcado e protegido", explica.

O intercâmbio de metodologias e mecanismos para a proteção dos povos originários é outro aspecto considerado por ele como um possível benefício da criação da instância. "Pode haver consenso político em torno de alguns princípios. O Brasil, por mais que tenha avançado em alguns assuntos como a proteção de povos isolados, pode aprender com países da região em áreas nas quais a execução ainda é fraca", diz.

Entre os exemplos citados por ele, estão a educação bilíngue, a regulamentação das metodologias de consultas a povos indígenas e a inclusão social. "No Brasil, com Belo Monte, por exemplo, que foi uma questão estratégica, os povos indígenas falam que não houve uma consulta, mas sim reuniões informativas, fora dos moldes de uma consulta", explica.

CONT.



---

## Demandas indígenas

Na discussão entre representantes indígenas, diversas demandas foram debatidas e consensuadas para a ata final do evento. Entre elas estão a realização anual de um congresso anual em comunidades indígenas, a promoção de políticas de resgate de sementes nativas em contrapartida à atuação de multinacionais, revalorização de valores ancestrais, reivindicação da identidade originária e criação de um museu de arte indígena administrada por povos indígenas, entre outros.

Para Christopher Millapan, um dos mapuches chilenos que participaram da reunião, o principal benefício da iniciativa da Venezuela é promover a troca de ideias entre indígenas de diferentes nacionalidades, para a troca de experiências de luta e processos reivindicativos. "Podemos dialogar com os colombianos, por exemplo, sobre a educação, questão importantíssima para nós. A educação intercultural, mais igualitária e mais inclusiva é uma garantia que o Estado tem que nos dar. Esse Mercosul indígena é um encontro dos nossos saberes", explica.

Para a brasileira Iza Tapuia, do povo Tapuia de Santarém, no Pará, o principal objetivo do encontro é que a instância seja criada e conte com participação direta dos povos originários. "Se sempre nossas discussões forem paralelas [às institucionais], não adianta. O documento que estamos elaborando versa para que se crie este espaço dentro do Mercosul, e com o desenvolvimento dele gerar uma confiança para que aí sim possamos abordar os temas que ninguém quer discutir", afirma.

"Eu considero que a Venezuela é um exemplo de que não é só criar um espaço, mas que também é preciso considerar que o indígena é o capital social para construir. As coisas acontecem quando você propõe, e com esse debate aumentam as chances de resultados. Ainda há casos de natureza grave, como nos de crimes de direitos humanos contra povos originários no Chile, por exemplo. Para o Brasil, vamos levar a proposta de criação de um ministério de Povos Indígenas, como existe na Venezuela", explica.

Alguns dos pontos abordados por Iza Tapuia durante os debates foi a binacionalidade para os povos fronteiriços, para que possam aceder a direitos básicos, como atenção médica, em qualquer país da fronteira, e o trabalho acerca do conceito de nação indígena, independentemente das fronteiras geográficas. Uma de suas principais propostas foi o estabelecimento de que os Estados garantam que novas leis ou emendas constitucionais não afetem os direitos indígenas já consagrados em cada país.

A indígena brasileira esclareceu que a necessidade exposta tem como base o caso brasileiro, no qual quatro PEC (Projeto de Emenda Constitucional), segundo ela, "estão afetando diretamente os direitos dos indígenas". "Isso acontece para atender justamente ao agronegócio e aos donos de terras, porque eles estão contra de nossos interesses", garante ela, que também propôs que os povos indígenas possam receber atenção médica segundo suas formas ancestrais de cura.





## **Cardozo discute demarcação de terras indígenas com Henrique Alves e lideranças da Câmara**

SÍTIO O FLUMINENSE, 13.10.2013

Temas envolvendo a demarcação das terras indígenas para evitar os conflitos entre índios e produtores foram debatidos na última quinta- feira (9), em reunião na presidência da Câmara, entre os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, da Advocacia-Geral da União, Luís Adams, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e parlamentares.

Ao término do encontro, o ministro José Eduardo Cardozo disse que o governo é contrário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para o Congresso Nacional a prerrogativa das demarcações de terras, por entender que ela é inconstitucional e que não resolverá os problemas das terras indígenas e não sobreviverá a um questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Expressamos, em nome do governo, a posição contrária à aprovação da PEC 215, por entender que ela é inconstitucional. Ela fere cláusulas pétreas da Constituição. Não resolve o problema [das demarcações] e gera situações de conflitos que precisam ser resolvidas. Demonstramos que se o Congresso aprovar a PEC ela não sobreviverá no STF. Será buscar uma solução que, na verdade, é a criação de mais um problema”, disse.

Cardozo também informou que Henrique Alves propôs nova reunião, em 15 dias, para que possam voltar a discutir mecanismos a fim de resolver a questão dos conflitos envolvendo indígenas e produtores e a regulamentação do Artigo 231, Parágrafo 6º da Constituição, que disciplina a situação de terras que podem ser demarcadas e as que não podem. Cardozo confirmou sua presença.

De acordo com o ministro, é necessário construir por meio do diálogo e do entendimento uma legislação, com ampla participação da sociedade, para que não tenha um interesse prevalecendo e o conflito se perpetuando, “precisamos ter o cumprimento da Constituição, a demarcação das terras indígenas, respeitando o direito das pessoas envolvidas”, disse.

Cardozo informou, ainda, que está elaborando e deverá ser publicada dentro de 15 dias, uma portaria do Ministério da Justiça sobre o processo demarcatório das terras indígenas. Segundo ele, a portaria visa a dar mais transparência, mais substâncias, às decisões a serem tomadas nas demarcações. “Nossa portaria vai buscar dar mais transparência ao processo demarcatório, não vai tirar o protagonismo da Funai [Fundação Nacional do Índio], mas trará para o ministro da Justiça a possibilidade de tomar decisões mais amparadas em um estudo técnico e, também, mediadas para que se evite o conflito”.

O presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS),

CONT.





**Boletim de Notícias** - Edição nº 186/ 2013

Brasília, 14 de outubro de 2013.

informou que durante a reunião foi cobrada do governo a elaboração de uma portaria para disciplinar as demarcações e também apoio para a regulamentação do Artigo 231, Parágrafo 6º da Constituição.

“Queremos construir um acordo para votar o Projeto de Lei 227, que regulamenta os dispositivos da Constituição sobre as demarcações. O ministro da Justiça ficou de apresentar sugestões até o próximo dia 22. Vamos acertar um texto para ser aprovado e regulamentar a Constituição. Cobramos também do governo, na questão da portaria, qual será a função do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Embrapa no processo de demarcação. Queremos este novo marco”, declarou.

Em relação à tramitação da PEC 215, Heinze disse que ainda não há uma posição firmada da bancada ruralista sobre o que será feito. Segundo ele, estavam na reunião cerca de 15 deputados e o assunto da PEC precisa ser decidido por um número maior de parlamentares da bancada da agricultura. “Ainda não deliberamos sobre a PEC 215, vamos deliberar com mais membros da bancada da agricultura”, disse.

Agência Brasil

## Academia dos Saberes Indígenas promove resgates culturais

SÍTIO GLOBO.COM, 12.10.2013

Instituição tem o objetivo de preservar costumes dos povos do Mato Grosso



Evento com a participação de Caiapós, Bororos, Xavantes, entre outros  
(Foto: Divulgação/Marcio Bororo)

A identidade de um povo está intimamente ligada à sua cultura. No caso das comunidades indígenas, a grande influência do restante da sociedade brasileira traz benefícios, mas também coloca em risco a manutenção de costumes tradicionais. No Mato Grosso, uma instituição trabalha justamente para fortalecer as práticas destes povos sem, no entanto, renegar o que vem de fora.

A Academia dos Saberes Indígenas, em Cuiabá, é um espaço destinado à formação de agentes culturais indígenas e ao resgate da memória das comunidades. A organização foi criada em 2010, fruto de uma ideia do historiador Paulo Pitalunga, então secretário de cultura do município. "A sugestão foi criar uma academia de Letras, mas o escritor Daniel Munduruku e eu achamos melhor ser uma instituição dos saberes em geral, por ser mais democrático e não termos muitos acadêmicos", conta o atual presidente, Márcio Paromeriri.

Segundo o indígena, a Academia tenta fortalecer a identidade das etnias. "Víamos que vários grupos estavam perdendo a vontade de preservar a própria cultura, estavam ficando desanimados", diz Márcio, da etnia Bororo. "Hoje, você tem o mundo dentro de uma comunidade, com internet, televisão etc.; são coisas boas, mas os mais jovens muitas vezes ficam apenas nisso, e acabam esquecendo suas origens", completa.

CONT.



Por isso, o trabalho de resgate é fundamental. A Academia realiza uma triagem junto às comunidades para selecionar os indígenas que se interessam ou que possuem talento natural para atuarem como agentes culturais. Os escolhidos recebem uma formação específica, voltada para as necessidades de seu povo.

“No caso dos Mutina, por exemplo, realizamos um trabalho para recuperar a língua e os cânticos”, relata Márcio. Segundo ele, os idiomas nativos sofrem, em parte, pela necessidade que muitos indígenas hoje têm de falar português para questões práticas. Outro exemplo do trabalho da Academia é o feito junto à etnia Bakairí. Para esse povo, foi elaborada uma cartilha com as pinturas corporais tradicionais.

De acordo com Márcio, o trabalho, apesar de iniciado há apenas 3 anos, já surte efeitos visíveis. “Alguns povos estão conseguindo resgatar o orgulho de suas tradições e, especialmente, o contato com a natureza”, ressalta. Além de formação dos agentes culturais e da organização de eventos, a Academia também está sendo organizando um banco de dados com fotos, vídeos e documentos relacionados a comunidades indígenas.

Para Márcio, que atua como pajé em sua comunidade, a valorização das tradições indígenas não implica a rejeição aos saberes externos. “Cultura valoriza cultura, entendo que jamais vou perder meus conhecimentos e minha identidade ao ter contato com outras visões de mundo; isso não afeta em nada meu relacionamento com minha origem”, destaca.

Por enquanto, as ações da Academia estão restritas às etnias de Mato Grosso, mas Márcio conta que já está em contato com líderes de outras regiões para ampliar a atuação. A sede provisória da instituição funciona no Museu de Pré-história Casa Dom Aquino: Av. Beira Rio, 2 - Dom Aquino, Cuiabá. Telefone: (65) 3613-9290.



---

**CUIA debate imagem do indígena**

SÍTIO AGÊNCIA UEL, 11.10.2013

Foi realizado nesta quinta-feira (10/10) o 3º Encontro entre lideranças indígenas e estudantes indígenas das etnias Fulni-ô, Guarani, Kaingang e Xetá, no Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA). A iniciativa foi coordenada pelo professor Wagner do Amaral, membro da coordenação colegiada da Comissão Universidade para os Índios (CUIA), e também coordenador do "Programa de Formação Intercultural".

Com o tema "Comunicação e Linguagem", a palestra foi ministrada pelos professores Maria José Guerra de Figueiredo Garcia e Marcelo Silveira do curso de Letras Vernáculas e Clássicas e colaboradores no projeto "Bilinguismo e a presença indígena na universidade: uma troca de saberes", coordenado pelo pró-reitor de Graduação, professor Ludoviko Carnasciali dos Santos.

Os participantes também debateram o panorama da imagem que o não indígena faz do indígena, desde a carta de Pero Vaz de Caminha, até os dias atuais, inclusive na mídia. Os indígenas foram questionados sobre como eles próprios constroem a sua imagem, e como gostariam de serem vistos pelo não indígena. Também participaram do encontro alunos não indígenas.



## Ministra recebe lideranças indígenas em Brasília

SÍTIO PROTAL BRASIL, 11.10.2013

*Comitiva apresentou reivindicações em relação à segurança e demarcações de terras*



Ministra Maria do Rosário se reuniu com líderes dos povos Tabajara e Potiguara, da Paraíba

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), recebeu nesta quinta-feira (10), lideranças indígenas dos povos Potiguara e Tabajara, ambos localizados no estado da Paraíba. Participaram do encontro a ministra Maria do Rosário e o prefeito de Marcação (PB), Adriano Barreto, que é descendente de indígenas.

A comitiva, composta por 18 pessoas, incluindo representação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apresentou reivindicações, especialmente em relação à segurança dos povos e de suas lideranças que lutam pela demarcação de territórios.

O grupo entregou dois documentos à ministra solicitando apoio para assegurar os Direitos Humanos desses povos. "Me preocupa principalmente a questão das ameaças [às lideranças indígenas]", afirmou a ministra.

Fonte:

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República



---

**Leitão trata sobre questões indígenas com presidente da Funai**

SÍTIO CELEIRO DO NORTE, 11.10.2013

O deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) participou de reunião com a presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Maria Augusta, onde deliberou sobre as demarcações de terras indígenas e ampliações feitas no estado de Mato Grosso.

Segundo Leitão o momento é precioso para estabelecer um diálogo, podendo assim, formar uma estrutura de trabalho para determinar com maior clareza quais as áreas são de fato procedentes de tribos indígenas.

□ importante é que a Funai saiba que os deputados não estão contra os índios, nós apenas defendemos que é necessário um plano de trabalho específico para que as demarcações sejam justas. O governo deve reconhecer que o modelo utilizado até agora está vencido! Precisamos discutir o assunto com clareza para encontrar uma política que seja favorável ao índio sem prejuízo da outra parte envolvida□ explica Nilson Leitão.

O assunto vem sendo pauta há anos, mas teve seu acirramento nos últimos dez, onde famílias foram desapropriadas e os conflitos começaram a gerar mortes. Devido a essa importância do assunto, diversas audiências com o vice-presidente, Michel Temer; com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; além de órgãos envolvidos, foram elaboradas para tratar sobre o assunto e buscar uma solução concreta que ponha fim as confusões.